



ARTIGO DE PESQUISA

PERSPECTIVA MATERNA ACERCA DA REPERCUSSÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

MATERNA PERSPECTIVE ABOUT THE REPERCUSSION OF DOMESTIC VIOLENCE AGAINST CHILDREN IN HUMAN DEVELOPMENT

MATERNA PERSPECTIVA SOBRE LO REBOTE DE LA VIOLENCIA DOMÉSTICA INFANTIL EN EL DESARROLLO HUMANO

Mirna Albuquerque Frota¹, Ludmila Barbosa de Lima², Maria Girleuda de Paiva Oliveira², Caroline Soares Nobre³, Camila Santos do Couto⁴, Ceci Vilar Noronha⁵.

RESUMO

Objetivo: conhecer a perspectiva materna acerca da violência doméstica praticada contra crianças e a repercussão destes atos no desenvolvimento humano. **Método:** estudo de delineamento qualitativo, realizado em uma Organização Não Governamental da cidade de Fortaleza-Ceará. Participaram vinte e três mães durante o período de julho a outubro de 2013, mediante entrevista semiestruturada. A análise temática foi escolhida para análise do *corpus*, que consistiu em quatro etapas: pré-análise, exploração do material, retomada dos objetivos iniciais da pesquisa e elaboração de indicadores que orientaram a categorização dos dados. **Resultados:** emergiram as categorias: "Absurda": significado da violência infantil sob a ótica materna e Repercussões da violência doméstica infantil no desenvolvimento humano. **Conclusão:** situações violentas perpetradas na infância, ou seja, de forma precoce, relacionam-se a profundos desarranjos na vida, uma vez que podem desvirtuar a maneira de lidar com os problemas, bem como gerar indivíduos deficientes no âmbito do desenvolvimento humano.

Descritores: Violência doméstica; Criança; Desenvolvimento infantil.

ABSTRACT

Objective: To meet the maternal perspective on domestic violence against children and the impact of these acts in human development. **Method:** Qualitative study, carried out in a non-governmental organization of Fortaleza-Ceará. Participated in twenty-three mothers during the period of July to October 2013, using semi-structured interview. The thematic analysis was chosen for analysis of the corpus, which consisted of four stages: pre-analysis, exploration of the material, resumption of initial objectives of research and elaboration of indicators that have guided the categorization of data. **Results:** Emerged the categories: "absurd": meaning of child abuse under the maternal and optical effects of domestic violence on children's human development. **Conclusion:** Violent situations perpetrated in infancy, i.e. early form, relating to setbacks in life, deep as they can distort the way to deal with the problems, as well as generate individuals with disabilities in the context of human development.

Descriptors: Domestic violence; Child; Child development.

RESUMEN

Objetivo: El objetivo de este estudio fue conocer la perspectiva de la madre sobre la violencia doméstica contra los niños y el impacto de estos actos en el desarrollo humano. **Método:** Estudio de diseño cualitativo, llevado a cabo en una organización no gubernamental de Fortaleza-Ceará. Participó en veintitrés madres durante el periodo de julio a octubre de 2013, mediante entrevista semiestructurada. El análisis temático fue elegido para el análisis del corpus, que consistió en cuatro etapas: análisis preliminar, exploración del material, reanudación de los objetivos iniciales de la investigación y elaboración de indicadores que han guiado a la categorización de datos. **Resultados:** Surgieron las categorías: "absurda": significado de abuso infantil bajo los efectos maternos y ópticos de violencia doméstica en el desarrollo humano de los niños. **Conclusión:** Situaciones violentas perpetradas en la infancia, es decir, forma temprana, relativos a los reveses en la vida, tan profundo como puede distorsionar la forma de lidiar con los problemas, así como generar a las personas con discapacidad en el contexto del desarrollo humano.

Descriptores: Violencia doméstica; Niño; Desarrollo infantil.

¹Graduada em Enfermagem. Doutora em Enfermagem. Docente da pós-graduação da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. ²Graduada em Enfermagem.

³Graduada em Enfermagem. Doutoranda em Saúde Pública pela Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia - UFBA. ⁴Graduada em Enfermagem. Mestre em Saúde Coletiva. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. ⁵Graduada em Sociologia. Doutora em Saúde Pública. Docente do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

INTRODUÇÃO

Os primeiros anos de vida da criança são considerados críticos para o desenvolvimento infantil, visto que, neste período, há possibilidades de progresso das potencialidades. Destarte, o desenvolvimento

é compreendido como processo no qual estão relacionados o crescimento físico, a maturação neurológica e a estruturação de habilidades em diversas áreas⁽¹⁾.

O desenvolvimento humano começa a ser avaliado durante a infância e sofre alterações de acordo com a condução da vida

do infante. Consequências físicas e psicológicas são percebidas quando a violência doméstica se faz presente, independentemente das razões de perpetração e das diversas faces assumidas, o que acarreta no atraso do desenvolvimento⁽²⁾. Estudos⁽²⁻³⁾ corroboram afirmando que, no decorrer da infância, a criança explora uma variedade de relações interpessoais, na família e na escola, que se configuram como o contexto de modulação do autoconceito e refletem na avaliação cognitiva de cada indivíduo.

O curso normal do desenvolvimento é colocado em risco por diversos elementos. Alguns fatores sociais adquirem este destaque, tais como pobreza e desigualdade social; aceitação cultural da violência; ausência de suporte social e jurídico; desemprego e baixa escolaridade dos pais⁽³⁻⁴⁾. Entre os meios de interferência no desenvolvimento infantil, destaca-se a violência doméstica, classificada em: extrafamiliar, praticada por adultos conhecidos da vítima ou não; e intrafamiliar, perpetrada por membros da família. Esse tipo de violência também abrange várias modalidades, como física, psicológica, sexual e negligência^(2,5).

A violência doméstica intrafamiliar contra a criança é uma questão pública e deve ser analisada como um fenômeno social. A identificação da mãe como agressora tem sido evidenciada em pesquisas⁽⁶⁻⁷⁾, o que remete a uma reflexão acerca das motivações e das repercussões destes atos para a criança e para a tríade família-mãe-filho. Acerca da modalidade praticada, revisão realizada⁽⁸⁾ apontou que a mãe está comumente associada aos casos de negligência e agressões físicas. Neste contexto, ao perceber a mãe como agressora, o processo de denúncia e notificação da violência doméstica é dificultado, visto que um dos atores sociais responsável por proteger e garantir os direitos da criança está direta ou indiretamente

envolvido na violação dos direitos deste infante.

Experiências de violência, ocorridas durante a infância, interferem de modo significativo no desenvolvimento, produzindo desde comportamentos não adaptativos e deficit emocional até desordens mentais graves, por exemplo, atitudes impulsivas, transtorno de hiperatividade, problemas de aprendizado escolar, bem como transtornos de conduta e abuso de substâncias psicoativas, na adolescência⁽⁹⁾.

O ambiente em que a criança se desenvolve é a base para a formação, porém a prática da violência, em meio de convivência caótica, culmina na banalização destes atos e na perpetuação das agressões no meio domiciliar. Nesta concepção, instrumentos que resgatem o diálogo familiar devem ser empregados, como o respeito à infância dentro e fora do domicílio⁽¹⁰⁻¹¹⁾.

A violência na infância se caracteriza como um grave fenômeno responsável por crescente demanda de atendimento nos serviços públicos de saúde. Nesta pesquisa, leva-se em consideração que a violência doméstica é um fenômeno que está diretamente ligado à dinâmica da família na qual esta ocorre. Desta forma, torna-se primordial conhecer a percepção das mães de crianças violentadas acerca desse fato e identificar o que sabem acerca das consequências relacionadas ao desenvolvimento destas crianças.

Com suporte no exposto, evidenciou-se, como objetivo do estudo, conhecer a perspectiva materna diante da violência doméstica praticada contra crianças e a repercussão destes atos no desenvolvimento humano.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de delineamento qualitativo, realizado em uma Organização Não Governamental (ONG), da cidade de

Fortaleza no estado do Ceará, a qual presta assistência a crianças e adolescentes com idade entre 6 (seis) e 14 (quatorze) anos, oriundos do município e residentes nas proximidades da Organização vigente.

Participaram do estudo 23 (vinte e três) mães de crianças que sofreram violência doméstica e que são assistidas pela Organização. Obedeceram aos critérios de inclusão: mães maiores de dezoito anos, responsáveis por seus filhos, os quais são assistidos pela ONG. Não houve uma seleção das mães que haviam sofrido violência doméstica na infância, contudo, durante a coleta de dados, algumas entrevistadas relataram narrativas de violência doméstica vivenciadas pelas próprias genitoras na infância. Foram excluídas mães portadoras de deficiência mental e as usuárias de drogas ilícitas que as impedissem de responder às perguntas.

A coleta de dados foi realizada no período de julho a outubro de 2013, mediante entrevista semiestruturada, composta por um item de identificação do sujeito e outro com questões norteadoras, quais sejam: o que significa violência doméstica contra a criança para a senhora? Como a senhora acha que a violência doméstica age no desenvolvimento da criança?

A abordagem às mães ocorreu no espaço físico da própria ONG e, após o consentimento para participar do estudo, estas eram convidadas, individualmente, a se dirigirem a uma sala reservada para garantir a privacidade das entrevistadas. Para garantia da qualidade do material empírico, foram gravadas após a aquiescência das participantes e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para preservar o anonimato, na apresentação dos resultados, as mães foram identificadas pela letra “M” e o número correspondente: M1, M2, M20.

A análise temática do conteúdo foi escolhida para análise do *corpus*, que consiste

em quatro etapas: pré-análise, exploração do material, retomada dos objetivos iniciais da pesquisa e elaboração de indicadores que orientaram a interpretação final e a elaboração das categorias⁽¹²⁾. A escolha desse método de análise se justifica pela possibilidade de compreensão das significações reveladas por meio das dimensões de codificação e categorização que facilitam as interpretações. Foram identificados núcleos temáticos, nos quais se destacam, neste artigo, as categorias: “Absurda”: significado da violência infantil sob a ótica materna; e Repercussões da violência doméstica infantil no desenvolvimento.

A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Fortaleza/UNIFOR, sob Parecer nº 434.754, tendo por base as orientações éticas estabelecidas pela Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, sobre os aspectos éticos da pesquisa em saúde com seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização dos participantes

As idades das vinte e três mães variaram entre 27 e 46 anos. Com relação ao número de filhos, 60% têm filho único, inserido na pesquisa. Das entrevistadas, 65% residem com o pai da criança. Referente ao nível de instrução, o ensino fundamental incompleto apresentou maior índice, totalizando 55%. De acordo com a renda familiar, 45% recebem um salário-mínimo. No que concerne à ocupação, 35% desempenham tarefas do lar.

“Absurda”: significado da violência infantil sob a ótica materna

A violência, representada por determinadas atitudes dentro do domicílio, foi referida como inconcebível, visto que as entonações das participantes expressavam repulsa e assombro para a realidade por elas

vivida, trazendo à tona situações de violência vivenciadas por elas, pela comunidade e/ou pelo outro.

“Uma coisa absurda e a maioria já passou por isso, e mesmo assim as pessoas que vivem junto não notam e não acreditam se a criança for contar [...] eu tenho medo, porque aconteceu comigo e eu ficava fechada, não contava para ninguém, porque ninguém ia acreditar. Eu não quero a mesma coisa pra ela. Eu guardo muito isso comigo.” (M1)

“Pra mim significa tudo [...] não só uma criança, qualquer pessoa não está mais segura, tá viável a qualquer violência. É desrespeito, a falta de Deus no coração, de humanização, sabe?” (M4)

Compreende-se que ocorre uma sucessão destas situações ao longo das gerações de modo que se pode chegar à constatação de que a criança que sofre a violência teria maior risco de vivenciar um subsequente ou simultâneo episódio violento, no mesmo ou em outro espaço, tornando mais complexo o rompimento dessas vivências violentas⁽¹¹⁾. Concebe-se que, em parte dos depoimentos, não foi restringido o conceito de violência doméstica infantil, nota-se a magnitude da problemática, tendo como base a fé e os traumas ocasionados por experiências vividas pelas mães durante a infância.

Os reflexos dos discursos evidenciam o medo da violência e das suas consequências, bem como o receio de que a “história se repetisse” e ocorresse na vida da filha como um espelho do que houve com ela. Crianças vitimizadas, frequentemente, pertencem a famílias que passam por diversas atribuições, como elevado consumo de álcool e drogas, separação dos pais, baixo nível educacional e experiências de violência sofridas na infância pelos pais⁽¹³⁾.

As evidências de exposição do infante à situação de violência raramente estão explícitas, apresentando-se por meio de lesões, alterações comportamentais e

emocionais inespecíficas. Parte das vítimas sequer apresenta tais manifestações e, ainda que apareçam, os familiares nem sempre reconhecem ou associam à causa, ou quando é detectada a violência, não levam a vítima aos serviços de saúde para avaliação e possível notificação⁽¹⁴⁾.

As crianças e os adolescentes figuram como principais vítimas de todos os tipos de violência, sobretudo a intrafamiliar, em contradição com a ideia de que o seio familiar é reduto de amor e proteção⁽¹⁵⁾. Com efeito, o fenômeno violento assume um significado especial, isso porque o agressor supostamente conta com a cumplicidade de outros membros da família.

Estudo realizado em um serviço de emergência pediátrica, do qual participaram integrantes da equipe de saúde, revelou a perplexidade destes profissionais ao identificarem que a maioria dos casos de violência era praticada pelos próprios responsáveis ou familiares, em contraposição ao paradigma do ambiente familiar, caracterizado historicamente como seguro para crianças⁽¹⁶⁾.

É difícil avaliar a frequência e a intensidade dessas violências. A agressão física, como exemplo, é a forma mais comum e aceita de violência que se fundi aos meios da disciplina punitiva, sendo a mais frequente prática de educação no ambiente familiar e escolar. Por alguns denominada de “apanhar” e/ou “palmada”, é utilizada, ainda, por famílias pós-modernas, com o intuito de fornecer respeito e disciplina em seus filhos perante o erro, assumindo ares de normalidade e banalização⁽¹⁷⁾.

“No meu caso, muitas vezes, eles são agredidos em casa por nós mesmos. Quando a gente tá muito cansado e estressado acaba descontando nos filhos [...] isso eu acho errado, mas toda mãe faz isso, desculpe mas é assim [...]” (M19)

Isso remete à possível conscientização de que medidas punitivas não representam

instrumento adequado para fins educativos, uma vez que contribuem apenas na perpetuação do ciclo da violência. Mesmo diante da consciência acerca dos fatos, os pais permanecem com as práticas de agressões e se desculpam, demonstrando intimidação por conhecer as consequências que tal ato acarreta, tanto no âmbito da saúde como no da justiça.

Recentemente, em decorrência de debates acerca da violência doméstica, foi aprovada a Lei da Palmada de nº 7672/2010 como medida complementar ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece o direito das crianças e dos adolescentes de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel⁽¹⁸⁾.

A lei supracitada não impede a prática da violência, no entanto coloca o tema em destaque e enfatiza os danos da implementação de práticas coercitivas para o desenvolvimento infantil. Deste modo, representa um subsídio para a defesa e a garantia dos direitos dos indivíduos dessa faixa etária⁽¹⁹⁾. A aversão ao uso da violência como forma educativa, igualmente, permeou nos relatos, bem como os agravos que esta ocasiona para o agressor e para a vítima.

“Um desrespeito muito grande você espancar uma criança, porque geralmente o adulto não mede forças com a criança, então ele se aproveita muitas vezes do tamanho para descontar suas raivas, os seus problemas, as suas dificuldades [...]” (M5, M9, M23)

“É uma agressão muito grande, até mesmo pela idade [...] é muito grave, uma falta de consciência da pessoa que comete qualquer tipo de violência, seja bater, seja sexualmente.” (M8, M20, M16)

O uso da prática educativa coercitiva está presente em muitas pesquisas, referindo-a como objeto de múltiplas causas, entre elas socioeconômicas e culturais. Também se constata em estudos que as práticas educativas parentais interferem e influenciam

tanto no desenvolvimento como no comportamento destas crianças. É preciso considerar que as práticas educativas implicam um processo bidirecional, no qual a criança afeta a conduta disciplinar de seus pais, a qual, por sua vez, afeta a continuidade das práticas educativas⁽²⁰⁾.

A punição física, sob diversas manifestações e intensidades, pode ou deve ser caracterizada como uma modalidade de violência no decorrer do tempo, visto que observações apontam os riscos e as sequelas desta prática⁽¹³⁾.

A agressão psicológica é outra dimensão da violência cujo impacto é significativo, no entanto as manifestações decorrentes são raramente percebidas e notificadas, na medida em que pesquisa⁽⁴⁾ afirma que os maus-tratos psicológicos são de difícil detecção por não apresentarem um quadro clínico específico.

Nessa realidade, evidencia-se a relevância de um atendimento multidisciplinar voltado às vítimas⁽²¹⁾, visto que diversas repercussões associadas à perpetração da violência psicológica na infância foram constatadas, tais como baixo rendimento escolar; deficit emocionais, como depressão e ansiedade; transgressão às normas. Há influência dos fatores de risco em casos de violência psicológica, sobretudo pobreza, dificuldades de temperamento, disciplina rígida, baixo grau de escolaridade e uso de drogas, causando constrangimento e medo às crianças, bem como acarretando prejuízos futuros, uma vez que verbalizaram a gravidade da violência psicológica quando comparada às demais⁽²²⁾.

“É muito ruim, principalmente a violência verbal entre a mãe e o pai, ele fica constrangido [...] dentro de casa, os pais devem ser os espelhos dos filhos, como ele que foi pra mim, ele me ensinou muito. Só tenho medo é lá fora que infelizmente a gente não pode, só mesmo prevenir [...] violência

gera violência, então eu ensino ele dessa forma.” (M12)

“[...] violência psicológica é pior pra criança, porque a física dói, mas a psicológica é até essa que de repente vem a prejudicar realmente o futuro da criança. Infelizmente a violência maior é dentro de casa mesmo, com os próprios familiares. A gente tem tanto medo das pessoas de fora e esquece dos de casa, daqueles mais próximos. A gente confia tanto quando, na realidade, é de onde a gente mais tem que ter cuidado.” (M22)

A violência verbal ocorre por meio de atos agressivos em situações de opressão através de xingamentos, apelidos, insultos, piadas ofensivas. E a violência psicológica está mais diretamente relacionada a atitudes praticadas por condutas discriminatórias, cometidas por meio de calúnias, difamações, discriminações, humilhações e desprezos, ou seja, refere-se a atitudes, palavras e ações que provocam danos emocionais^(3,22).

“[...] família que quer explorar a criança, botar para trabalhar antes do tempo [...]” (M2, M20)

“[...] eu passei por uma situação muito constrangedora na qual uma criança estava brigando e ao invés da professora tentar contornar a situação, ela abriu a boca na minha frente, só que ela não tinha me visto, e disse: ‘meta a porrada nele[...]’. Mando meu filho pra essa escola, porque [...] é um exemplo de tudo, de gente que respeita o direito da criança e ali não foi uma forma de violência? Da mais absurda do mundo! Então nem na escola os filhos da gente estão mais seguros.” (M4)

“[...] a gente vive sempre muito nervosa, sem saber qual ambiente que nossos filhos estão frequentando. Temos que pedir a Deus que guarde, porque infelizmente ficamos à mercê dessa sociedade que está violentando as nossas crianças [...]” (M11)

Estes casos conduzem a questionamentos com relação à influência que o meio causa na segurança dos escolares, uma

vez que a violência, dentro da escola ou em seu entorno, pode causar constrangimento, medo e angústia. Este ambiente pode ser favorável tanto ao crescimento quanto à desarticulação da educação devido ao convívio com outras crianças e com jovens que permeiam pelo mundo da violência e das drogas.

Diante dos agravos e das repercussões à saúde individual e coletiva, a carência de civilidade, assim como os atos agressivos e violentos reafirmaram-se, de modo que demandam contínuas investigações no sentido de compreender a origem e identificar possibilidades de prevenção⁽¹⁰⁾. Em situações expostas pelas mães, o conceito da violência não é esclarecido, fator que pode corroborar na concretização de atos de violência doméstica infantil intrafamiliar, representando casos relevantes decorrentes de violência física, psicológica e/ou social.

Repercussões da violência doméstica infantil no desenvolvimento humano

A família é reconhecida como uma instituição que desempenha papel fundamental na vida social dos indivíduos, pois é no ambiente familiar que se promove a maior parte do cuidado com ações que interferem na saúde dos sujeitos, de modo a assumir o principal papel no contexto do desenvolvimento infantil. A resposta dos infantes a um evento traumático, dentro deste ambiente familiar, supostamente seguro, se expressa-se por meio de comportamento desorganizado ou agitado e por meio de sonhos sem conteúdo identificável dessas formas de experiências traumáticas vividas^(13,23).

“[...] pode causar desinteresse na escola. A criança passa a ficar recuada, porque tem medo [...], muitas vezes a criança cresce violenta, às vezes a criança passa a urinar na cama, e a mãe acha que é uma bobagem, muitas vezes não investiga isso. A

gente tem que tá alerta a cada sinal que a criança demonstra diferente.” (M1, M10, M23)

“Pode trazer muitos traumas uma criança frustrada por qualquer tipo de violência, seja ele em casa ou na rua, onde quer que ele vá [...]” (M2, M22, M11)

“Eu e meu esposo brigávamos muito, e ele presenciava aquilo, e quando discutíamos, ele era um pouco agressivo com a minha pessoa, e tudo que ele via, ele ficava trêmulo, ele tinha medo do pai [...]. Com o tempo, vi que ele tava diferente pro lado do pai dele, porque tinha medo [...] e pode gerar uma criança sem amor, uma criança revoltada.” (M5, M18, M17)

Aborda-se que a violência vivenciada no meio intrafamiliar decorre em transtornos mediatos, como distúrbios comportamentais, sociais e cognitivos, incluindo, medo, reações exacerbadas a estímulos e bloqueio na socialização com membros da família e/ou com colegas de escola, o que pode gerar desinteresse nas atividades estudantis, agravando consideravelmente a situação.

Situações violentas na infância relacionam-se a profundos desarranjos na vida, uma vez que podem desvirtuar a maneira de lidar com os problemas, bem como gerar indivíduos deficientes no âmbito do desenvolvimento humano. As consequências tardias da violência doméstica atuam como facilitador da inserção ao crime e às drogas na vida adulta. No entanto, existe um incipiente despertar para a humanização, seja pelo não uso de determinadas práticas violentas, seja mesmo pela culpabilidade dos responsáveis diante de um ato agressivo⁽¹⁷⁾.

“[...] acho que ele vai se criar um cidadão futuramente frustrado, ele vai ter medo, receio, não vai se expor, vai se sentir sempre excluído [...]” (M7, M11)

“[...] fica revoltada, triste, torna-se uma criança sem amor, completamente sem estrutura pra vida, entendeu? [...] Eu acho que tudo pra ele vai ser aquela vida do crime,

porque não teve companhia, nem diálogo com ninguém [...]” (M5)

“[...] isso prejudica ela pro resto da vida, quando sofrem violência sexual dentro de casa, muitas crianças não contam para as mães, porque acham que elas não vão acreditar [...]” (M19)

“Tudo de ruim! Pode causar a tristeza, a inimizade, é um passo para que o mundo ofereça as drogas. Pode ser uma criança, um adolescente, um adulto agressivo, de não saber conversar e só saber dar porrada [...] uma mente suja, cruel, valente, mente que não resolve nada conversando, e sim com agressão, violência.” (M8, M4)

Identificar se tais experiências adversas, de fato, alteram o curso do desenvolvimento infantil ou influenciam no enfrentamento das crianças diante das dificuldades ao longo da vida, especificamente para cada caso, é de suma relevância⁽¹³⁾. Congruente com a ideia remetida pelos depoimentos, a punição torna-se um meio assustador de correção, já que contribui para que a violência seja perpetuada na sociedade.

A maioria esmagadora dos agressores convive diariamente com a criança, deixando-a praticamente incapaz de defesa. Nesta conjunção, é preciso reforçar o poder das políticas públicas que tenham alcance nos microespaços e contar com os diferentes setores da sociedade para o fortalecimento das famílias a fim de que, dessa maneira, possam promover o desenvolvimento infantil saudável⁽²³⁾.

A violência contra a criança ou o adolescente é quase sempre envolvida por um manto de silêncio, associando suas raízes a uma grande variedade de fatores individuais, grupais, culturais, sociais e políticos. A busca pela solução dessa problemática de saúde pública encontra-se na junção dos aspectos positivos de cada esfera social, familiar, política, cultural e educativa visando resgatar a infância saudável para as crianças⁽²⁴⁾.

Nota-se que se constitui uma grave repercussão no que se direciona ao funcionamento psicológico das crianças, levando à constatação da lastimável realidade de que o ambiente familiar pode ser o meio de violência na infância mais comum, quando, na realidade, dever-se-ia configurar como um ambiente de proteção⁽²⁵⁾. No entanto, tem-se apresentado como ambiente ameaçador, gerando vítimas, medo e dor.

Logo, a violência doméstica infantil é decorrente de diversos fatores, apresenta-se por inúmeras facetas e acarreta danos irreversíveis aos vitimados, levando em conta que a criança é dependente dos responsáveis e se encontra em desenvolvimento, qualquer alteração nociva a sua estrutura psíquica, independentemente de ter sido causada por uma violência física, sexual ou por meio da negligência, é capaz de provocar agravos em curto, médio e longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modalidades da violência doméstica infantil originam uma reflexão diante dos ciclos virtuosos de suas práticas. Mães aludem quanto à severidade do fenômeno e algumas demonstram interesse diante do tema no momento da argumentação, pois muitas foram violentadas quando crianças. Há uma repugnância diante dos atos de violência doméstica. No entanto, há certa credulidade perante a magnitude problemática e do que considerar atos de violência doméstica infantil, pois estes estão incorporados nas dinâmicas educativas sociais, sendo naturalizados e negligenciados, até mesmo por elas. Dessa forma, emergiram emoções como medo e raiva durante as entrevistas ante ao fenômeno e suas consequências no desenvolvimento humano, ou seja, no desenvolvimento dos seus filhos.

Acredita-se que esta pesquisa venha de modo a acatar o aprofundamento deste tema dentro do seio familiar. Ainda se espera que

possa contribuir para esta instituição especificamente, para futuras pesquisas e para as perspectivas dessas famílias, as quais são os “sujeitos-chaves” deste estudo a fim de transformar o espaço domiciliar em um ambiente harmonioso e saudável para o crescimento e desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS

1. Nascimento R, Piassão C. Avaliação e estimulação do desenvolvimento neuropsicomotor em lactentes institucionalizados. *Rev. Neurociênc.* 2010; 18(4): 469-78. Disponível em: <http://revistaneurociencias.com.br/edicoes/2010/RN1804/418%20relato%20de%20caso.pdf>
2. Magalhães MLC, Reis JTL, Furtado FM, Moreira AMP, Cardoso Filho FNF, Carneiro PSM, Firmino SL. O profissional de saúde e a violência na infância e adolescência. *Femina.* 2009; 37(10): 547-51. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2009/v37n10/a006.pdf>
3. Ricas J, Miguir TVD. Aspectos históricos da educação no Brasil versus violência física na infância: reflexões. *Rev. Med. Minas Gerais.* 2010; 20(2): 212-7. Disponível em: <http://rmmg.org/artigo/detalhes/315>
4. Willrich A, Azevedo CCF, Fernandes JO. Desenvolvimento motor na infância: influência dos fatores de risco e programas de intervenção. *Rev. Neurociênc.* 2009; 17(1):51-6. Disponível em: http://services.epm.br/dneuro/neurociencias/226_revisao.pdf
5. Waiselfisz JJ. Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: FLASCO Brasil, 2012. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf

6. Pascolat G, Santos CFL, Campos ECR, Valdez LCO, Busato D, Marinho DH. Abuso físico: o perfil do agressor e da criança vitimizadas. *J. Pediatr. (Rio J.)*. 2001; 77(1): 35-40. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v77n1/v77n1a10>
7. Brito AMM, Zanetta DMT, Mendonça RCV, Barison SZP, Andrade VAG. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2005; 10(1): 143-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a15v10n1.pdf>
8. Almeida AA, Miranda OB, Lourenço LM. Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes: uma revisão bibliométrica. *Gerais*. 2013; 6(2): 298-311. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a11.pdf>
9. Jabour SR, Rosas AM, Valente GSC, Viana LO. Qualificação do enfermeiro no cuidado a vítimas de violência doméstica infantil. *Cienc. Enferm*. 2012; 18(1): 17-27. Disponível em: http://www.scielo.cl/pdf/cienf/v18n1/art_03.pdf
10. Frota MA, Noronha CV, Nobre CS, Nogueira JLA, Bezerra LLA. Audiência infantil de programas policiais: uma abordagem reflexiva. *Enferm. Foco*. 2012; 3(4): 161-4. Disponível em: <http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/375/166>
11. Avanci J, Assis S, Oliveira R, Pires T. Quando a convivência com a violência aproxima a criança do comportamento depressivo. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2009; 14(2): 383-94. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n2/a08v14n2.pdf>
12. Minayo MCS, organizador. *A pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 30ª edição. Petrópolis: Vozes; 2011. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf
13. Ximenes LF, Oliveira RVC, Assis SG. Violência e transtorno de estresse pós-traumático na infância. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2009; 14(2): 417-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n2/a11v14n2.pdf>
14. Ferreira AL. Linha de cuidado para a atenção a crianças e adolescentes em situação de violência: teoria e prática. In: Noronha CV, Almeida AO, organizadores. *Violências intencionais contra grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, adultos jovens, mulheres e idosos*. Salvador: EDUFBA; 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16740/3/violencias%20intencionais%20contra%20grupos%20vulneraveis.pdf>
15. Frota MA, Nogueira JLA, Sousa Filho AO, Bezerra LLAL, Nobre CS, Noronha CV. Violência no âmbito familiar: percepção infantil. *Rev. ReTEP*. 2011; 3(1): 576-582. Disponível em: http://www.corence.com.br/revista/retep_10/
16. Amaral LVOQ, Gomes AMA, Figueiredo SV, Gomes ILV. Significado do cuidado às crianças vítimas de violência na ótica dos profissionais de saúde. *Rev. Gaúch. Enferm*. 2013; 34(4): 146-52. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchaEnfermagem/article/view/40168>
17. Peruhype RC, Halboth NV, Alves PAB. Uso da violência doméstica como prática educativa: conhecendo a realidade em Diamantina - MG/Brasil. *Texto & Contexto Enferm*. 2011; 10(1): 170-8. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7948/6432>

18. Ministério da Saúde (BR), Câmara dos Deputados. Regulamenta a Lei 7.672, sancionada em 4 de junho de 2014, a qual dispõe acerca da proibição do uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis ou degradantes na educação de crianças e adolescentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=483933>

19. Patias ND, Siqueira AC, Dias ACG. Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar. Educ. Pesqui. 2012; 38(4):981-96. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n4/13.pdf>

20. Marin AH, Piccinini CA, Gonçalves TR, Tudge JRH. Parental child-rearing practices, behavior problems and pre-school children's social competence. Estud. Psicol. 2012; 17(1): 5-13. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v17n1/02.pdf>

21. Donoso MTV, Bastos MAR. O cotidiano dos profissionais que trabalham diretamente com vítimas de violência social. Rev. Enferm. Cent.-Oeste Min. 2014; 4(1):951-60. Disponível em:

<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/423/570>

22. Abranches CD, Assis SGA. A (in) visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. Cad. Saúde Pública. 2011; 27(5): 843-54. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n5/03.pdf>

23. Dezoti AP, Alexandre AMC, Tallmann VAB, Maftum MA, Mazza VA. Social networking in support of child development according to the family health team. Esc. Anna Nery Rev. Enferm. 2013; 17(4): 721-9. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/ean/v17n4/en_1414-8145-ean-17-04-0721.pdf

24. Martins CBG. Maus-tratos contra crianças e adolescentes. Rev. Bras. Enferm. 2010; 63(4): 660-5. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n4/24.pdf>

25. Aded NLO, Dalcin BLGS, Moraes TM, Cavalcanti MT. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. Rev Psiquiatr. 2006; 33(4): 204-13. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v33n4/a05v33n4.pdf>

Nota: O artigo é recorte da Monografia de final de curso intitulada "Percepção do atraso do desenvolvimento humano diante da violência doméstica infantil"

Recebido em: 19/03/2015

Versão final reapresentada em: 17/05/2016

Aprovado em:

Endereço de correspondência

Mirna Albuquerque Frota

Rua: Manuel Jacaré, nº 150/1401 - Meireles.

CEP: 60175-110 Fortaleza/CE. Brasil.

Email: mirnafrota@unifor.br